fragmentum

*F*ragmentum, Santa Maria, n. 66, p. 28-50, jun/dez. 2025 • ISSN: 2179-2194 • https://doi.org/10.5902/2179219498426

Como fazer a história da linguística?[1]

Claudine Normand[2]

Apresentarei aqui algumas observações inspiradas por doze anos de ensino da linguística (a nível de iniciação) e de história da linguística. Vou limitar-me estritamente às respostas que pude trazer a problemas pedagógicos, reservando a outras contribuições e à discussão o cuidado de abordar as questões mais abstratas das relações de uma ciência com sua história.

1 Quais "ferramentas"?

A particularidade, talvez comum, de meu ensino é a seguinte: supondo que estejam adquiridos, mesmo de maneira superficial, os conhecimentos gerais indispensáveis (em um manual de história da linguística), limito-me em princípio à leitura de textos de um período determinado. Trata-se, então, de aprender a fazer uma leitura, vale dizer, que se chame comentário ou análise, outra coisa além de uma repetição, resumida ou não. Exigência mínima! Mas a ambição é maior uma vez que, por essa iniciativa, dou-me por objetivo esclarecer as condições e peripécias de elaboração das noções teóricas e, mais ainda, de dar uma ideia de unidade-diversidade de um momento que se queira decisivo.

Qual método aplicar aos textos para atingir esse objetivo? A questão não é retórica e a resposta resta incerta. Mas essa primeira questão traz consigo de início uma outra: se admitimos que todo método depende de certas escolhas teóricas, de quais elementos dispõe em geral um linguista, a partir de sua formação, não somente em linguística, mas em história das ciências? Esse ponto (de alguma forma institucional) seria interessante de desenvolver para esclarecer o lugar (a ausência?) da história nas ciências humanas. Basta-me por aqui observar que, não sendo, a rigor, filosofia "especializada", suas escolhas metodológicas serão marcadas por uma

1 Nota dos editores dos *Cahiers de l'ILSL*: "Este artigo foi publicado pela primeira vez nos *Actes du colloque "Les sciences humaines, quelle histoire ?!"*, Paris-X – Nanterre, 1980, p. 271-288. Agradecemos a Claudine Normand por ter-nos permitido republicar este importante artigo para nossa disciplina. O artigo está reproduzido aqui em uma versão adaptada, na medida do possível, às normas tipográficas dos *Cahiers de l'ILSL"*.

2 Professora de Linguística na Université de Paris X – Nanterre, fundou e coordenou o Groupe de Recherche en Histoire de la Linguistique (GRHIL) na mesma instituição.

certa simplificação.

Minha hipótese é que a escolha, na França, nos dois últimos decênios, não se situa senão entre dois conjuntos nocionais, dois paradigmas, cujos termos essenciais eu enumero junto a suas variantes:

1) – o desenvolvimento, o progresso, a maturação, a evolução, a racionalidade crescente, os precursores, as influências; as coisas se esclarecem, enxergamos cada vez melhor, vemos hoje o que outrora não víamos, etc. Em suma: a mudança na continuidade;

2) – os limites, os cortes, as rupturas, um discurso radicalmente novo, uma mudança irreversível, uma outra problemática, uma revolução científica; vemos hoje o que outrora não podíamos ver; aliás, não vemos, construímos, etc. Em suma: a mudança na descontinuidade.

Não desenvolverei aqui as implicações de cada um desses conjuntos, suas relações com as tradições empirista e racionalista. Repito que a simplicidade desta apresentação é tal que G. Bachelard, por exemplo, teórico do corte, poderia ser remetido 1) a uma designação de "racionalidade crescente" e do qual Th. Kuhn, teórico do paradigma, poderia, muito curiosamente, aproximar-se, e 2) com L. Althusser. Não digo que essa dicotomia seja adequada; ela poderia ao contrário servir de ponto de partida a um desenvolvimento sobre a complexidade real da situação teórica. Digo que é essa primeira demarcação de que se dispõe, *grosso modo*, enquanto queremos fazer com que os próprios textos falem sobre si mesmos e sobre seus tempos. Evitando, então, a tentação maximalista (recusar este simplíssimo esquema), eu gostaria de mostrar por alguns exemplos concretos quais são duas dessas "ferramentas" que permitem atingir, quanto mais não seja muito parcialmente, nosso objetivo. Eu escolherei meus exemplos dentre pré-saussurianos: os neogramáticos K. Brugmann e H. Osthoff e o americano W. D. Whitney. Limitarei, por faltando espaço, as citações desses autores prolixos, enviando-os a dois textos de 1875: o prefácio às *Recherches morphologiques*... [*Pesquisas morfológicas...*] de Brugmann e Osthoff (traduzida para o francês por P. Caussat) e *La vie du langage* [*A vida da linguagem*] de Whitney[1].

Eu escolho esses dois textos porque eles se apresentam, com um tom bem diferente, ambos como novidades radicais: manifesto polêmico de jovens que se proclamam revolucionários por um lado, obra ambiciosa e dogmática que pretende dizer a primeira e quase a última palavra da linguística geral por outro. Eles têm em comum o fato de terem declarado guerra ao mesmo inimigo teórico, o organicismo, ao qual eles devolvem todo o primeiro comparatismo, sob a figura de A. Schleicher e de seu vulgarizador M. Müller.

A tradição consagrou os dois na abundante série de precursores de F. Saussure, privilegiados porque muito próximos no tempo e nomeados no *Curso de linguística geral* (na

1 *Cf.* as Referências bibliográficas.

sequência, *CLG*).

Os dois se afirmam como promotores de mudanças teóricas radicais.

Por onde andariam esses textos se lidos hoje?

2 Na perspectiva do progresso "da ciência"

Os comentários espontâneos oferecem em abundância os efeitos do recurso às noções da primeira série. Vou resumi-las em quatro rubricas.

2.1 *O texto diz o que ele diz,*

e se ele se diz novo é porque ele o é e porque antes dele nós estávamos enganados.

Quer o resumamos, quer o "contraiamos", quer o parafraseemos, o sentido da abordagem é o mesmo: tomar o discurso por aquilo que ele se dá. Diz-se lá uma verdade que permanece idêntica sob as metamorfoses formais do resumo: essa verdade natural é evidentemente conciliável com as *influências* que um leitor minimamente culto identificará se o autor ele próprio não as admite.

Assim, para Brugmann e Osthoff: eles são os revolucionários que eles dizem ser. Eles romperam com o "primeiro" comparatismo, com Schleicher, mas também com F. Bopp, uma vez que eles propõem um *método* inteiramente novo, a observação das línguas e dos dialetos vivos, apoiando-se sobre "*princípios*" de um rigor até então não observado:

as leis fonéticas são sem exceção,
as ditas exceções precisam da aplicação da *analogia*.

Tudo vai mudar nessa nova perspectiva: agora se pode analisar com todo o rigor as "inovações" linguísticas e identificar as leis que as regem, sem "sair da observação imediata" (os dados imediatamente observáveis das línguas e dialetos atuais); ao mesmo tempo, abandona-se, enfim, a "névoa [...] indogermânica"[2], "a imagem nebulosa" da língua-mãe, perseguida e reconstruída por Schleicher.

Whitney enumera os princípios, que ele considera conquistados e fundados, de uma linguística geral da seguinte forma: ele desenha sem hesitação os contornos de seu *objeto*: "a linguagem [...] em seu conjunto como meio de expressão do pensamento humano, em seguida, em suas variedades"; as causas das variedades, as razões de ser da linguagem e seus "primeiros

2 Brugmann, Osthoff, 1879 [1973, p. 132].

começos". A amplitude do projeto chega a prometer à linguística o "estudo [...] dos progressos da humanidade [...] enquanto pudermos descobri-los pelos fatos de linguagem".

O método coloca tão poucos problemas que o objeto, bem como a própria obra, tal qual um manual de ciência perfeitamente constituído, pode se dar como objetivo "traçar e apoiar por exemplos os princípios da ciência linguística e estabelecer os resultados obtidos"[3]. Não é, portanto, um programa, mas um balanço.

Contra os erros dos organicistas que continuam a propor, sob a bandeira desatualizada de M. Müller, soluções míticas, "pré-julgadas" como rejeitadas por todo homem de bom senso, Whitney defende a posição da *verdade*, que se desenvolve em uma série de evidências: "a linguagem não é uma potência, uma faculdade; não é o exercício imediato do pensamento, é um produto mediado por esse pensamento, é um instrumento"; cada língua é "uma instituição, e uma daquelas que, em cada sociedade, constituem a civilização". Qualquer outra opinião, levando em conta aquela que assimila a linguística à psicologia, é "um erro que se encontra suficientemente refutado por nossa exposição". É, então, "mais do que tempo de que cessem as controvérsias e que em linguística, como nas outras ciências de observações [...], haja um corpo não somente de fatos reconhecidos, mas de verdades estabelecidas, que se impõe a todos aqueles que aspiram ao nome de *savant*"[4].

2.2 A continuidade do progresso

Esta perspectiva de leitura, espontânea e massiva, encontra-se naturalmente de acordo com a maior parte dos textos não modernos, tão bem que a paráfrase pode se desenrolar sem problemas. Ela é o corolário da abordagem precedente: a verdade triunfa gradualmente sobre o erro, em um movimento que confirma a caminhada da razão em direção à luz completa (ou ainda mais completa) da ciência. Os antigos enganavam-se de maneira surpreendente. Como não podíamos ver o parentesco das línguas germânicas com as línguas latina e grega? pergunta-se Bopp. Ah! Se soubéssemos ver o sânscrito mais cedo, quais progressos já teriam sido alcançados! Como podíamos perder-nos deliberadamente na neblina das "reconstituições escriturísticas" se podíamos escolher "o ar vivo da realidade e do presente palpáveis"? "A abordagem correta não estava lá [...] e a evidência é tão cegadora que ficamos surpresos com o número daqueles que ainda não perceberam isso claramente"[5]. Ao mesmo tempo eles estavam fazendo isso da maneira errada (não sabendo ver o que eles tinham debaixo dos olhos) e não sabiam muito disso. Mas se de agora em diante seguirmos o método correto, "não há limites ao

3 Whitney, 1875 [1982, p. 3-5].
4 *Ibid.*, p. 250-256.
5 Brugmann, Osthoff, 1879 [1973, p. 129-131].

progresso do estudo comparado e aos resultados que ele pode produzir"[6].

Naturalmente, tal visão do progresso se acomoda em uma continuação vista como maturação de um germe inicial que se alcança no florescimento da verdade, sendo, então:

2.3 O precursor

Assim Saussure retoma e alcança Whitney, de quem ele toma emprestada a definição da linguagem como instituição e a ideia do caráter convencional do signo. Os precursores reafirmam a razão; através do desenrolar histórico e suas transformações aleatórias, sempre corre o mesmo fio brilhante: do *Crátilo* a Saussure, Whitney não é mais que uma etapa na formulação idêntica do signo. O outro retorna ao mesmo, essencialmente.

2.4 A totalidade do saber

Desse modo, de precursor a sucessor, em uma conquista gradual da luz, operar-se-á a unificação, quiçá a conclusão, do saber, e a linguística é apenas uma delimitação provisória em uma teoria da natureza humana. Ela deve levar-nos a "uma compreensão mais profunda do psiquismo da humanidade em geral", "enfim, ela acompanha indiretamente um outro estudo; é aquele do progresso da humanidade e aquele da história das raças".

A tal leitura espontaneamente reiterante, oponho rapidamente as questões que seguem:

1) Qual interesse haveria em ler textos se eles dizem mais confusamente a mesma coisa que nós ou se eles se perdem tanto que não se trataria aí nem de linguística nem de filosofia, mas de um discurso bastardo, oferecendo-se, tal como um fóssil, à pura curiosidade do amante de velharias?

A tal questão poderíamos responder que, com efeito, um linguista-aprendiz tem melhores e muito mais coisas a fazer do que demorar-se dessa forma sobre um "passado ultrapassado". E se, contudo, insistirmos, então é preciso ao menos aprender a ler e a interrogar os textos, por exemplo, à maneira de que Bachelard e Canguilhem nos ensinaram.

2) Por que os senhores dizem mais isso que aquilo? Quais são suas provas, suas fontes, suas convicções de partida, suas referências? O que é que os guia e que os senhores talvez ignoram?

– E os senhores mesmos, de onde falam, a partir de quais conhecimentos ou de quais *a*

6 Whitney, 1875 [1982, p. 259].

priori, para que se permitam questionar o que aqui se diz de boa fé?

Acerca disso, proponho ensaiar a segunda série de noções.

3 A novidade da ruptura

Às quatro rubricas precedentes, oponho agora as proposições contrárias: o texto é datado, a história de uma ciência é marcada pela descontinuidade, o precursor é um "falso objeto" que substituiremos pela noção de problemática sempre específica.

3.1 *O texto é datado* e o que ele diz, ele não diz, não importa como; sua forma importa

Assim, Brugmann e Osthoff em 1875: a agressividade do tom não se explica senão no quadro da polêmica ocorrida contra a influência de Schleicher que, em 1863, em *La théorie darwinienne et la science du langage* [*A teoria darwinista e a ciência da linguagem*], assimilava ainda termo a termo, objeto e método, a linguística e a história natural. Se o próprio Schleicher jamais é nomeado, a metáfora do organismo é tornada em escárnio ao mesmo tempo que é condenada em nome da evidência, "a ideia de uma vida própria e autônoma da língua superior aos indivíduos falantes".

Do mesmo modo, Whitney, em 1875, destaca-se por ter sido lido primeiro como o adversário ferrenho de M. Müller, vulgarizador anglo-saxão de Schleicher. A polêmica, implícita em *La vie du langage*, está explícita em resenhas e comentários que, de 1870 a 1892, balizam essa querela. Enquanto M. Müller, por exemplo, propõe em 1867 como palavra-chave da essência da linguagem a noção de "faculdade vinda da natureza", *i.e.*, da "mão de Deus" e exprimindo-se sob a forma de um "instinto mental tão irresistível quanto qualquer outro"[7], Whitney lhe reprova, em uma nota mordaz de 1871, por não ter tentado dar um estatuto científico a sua afirmação, apoiando-se sobre "fatos da história humana e da história da linguagem"[8].

Esse recurso a textos vizinhos que se retomam e que se respondem permite esclarecer as declarações alusivas que são constantes no texto de 1875, por exemplo sobre "as controvérsias" que já estão em tempo de parar ou "a disputa [que] agora já está quase resolvida". Uma pesquisa sistemática sobre esse tema em outros textos contemporâneos permite trazer à baila novamente o debate teórico que, naquela época, concerne à posição da linguística geral, seu objeto, seu método:

Deveria a linguística geral ser uma ciência natural ou uma *ciência histórica*? Como

7 Müller, 1867.

8 Whitney, 1871.

componente desse debate surge a questão insistente sobre o lugar da linguística com relação às outras ciências e, em particular, as ciências novas, a psicologia (referência precisa dos neogramáticos), a sociologia (referência difusa de Whitney).

Vê-se que as controvérsias sobre essas questões de fronteiras tomam lugar em ensaios de classificação das ciências, de inspiração mais diretamente filosófica. Nos ecos que esses textos suscitam nos linguistas, notamos duas preocupações mais ou menos misturadas:

- definir a linguística com relação às outras ciências,

- definir uma linguística geral *i.e. teórica* com relação aos resultados considerados como empíricos do comparatismo precedente.

Assim, Sechehaye, que afirma a necessidade para a linguística de passar do estatuto de "ciência dos fatos" àquele de "ciência das leis" é, aliás, levado, no mesmo texto de 1908, a designar o domínio dessa nova ciência (a linguística geral) como uma parte do domínio da psicologia social[9].

Aqui surge, então, a lembrança de tal frase "fundadora" do *CLG*, eco e/ou resposta àquela preocupação insistente e confusa durante mais de trinta anos: "A tarefa da linguística será delimitar e definir a si mesma, desenhando em particular os 'limites' que a distinguem irredutivelmente das outras ciências."

Reciprocamente, não é senão pela abordagem precedente que o escopo mesmo desse princípio saussuriano pode ser avaliado, não em absoluto, mas nas condições históricas de um momento.

Eis o momento de precisar a perspectiva adotada introduzindo a noção de *recorrência*. O texto é datado, ele não ganha seu sentido amenos que este seja substituído no contexto contemporâneo e em suas relações com o passado recente, mas esse mesmo lugar não se desenha senão como um *após*. Os textos são tomados em restrições de pensamento, de abordagem, de pesquisa que seus autores vivem sobretudo como situações de liberdade e de espontaneidade. É preciso ser tomado em si mesmo nas redes totalmente diferentes para ver desenhar-se a coerência das razões precedentes.

Com isso, formada pelas abordagens da linguística formal, encontramos seus alinhavos no *CLG*, enquanto que Meillet, em sua resenha de 1916[10], não podia fazer de tal obra senão uma leitura sociológica, deixando fora de seu campo de visão tudo o que iniciaria uma formalização (o valor, por exemplo).

Aprender a ler historicamente é aprender a diferença e tentar destrinchar as razões dos textos, na medida em que elas pertence à conjuntura.

9 Sechehaye, 1908.

10 Meillet, 1916; retomado *in* Normand *et al.*, 1978, p. 163s.

3.2 A descontinuidade

A busca pela diferença conduz a pensar em termos de descontinuidade. Será preciso evidentemente encontrar as diferenças pertinentes e reconhecer que a descontinuidade pode ter graus. Em um primeiro momento, o esquema do corte epistemológico permitiu balizar o terreno, de distinguir a emergência da novidade, em uma abordagem sem dúvida simples demais, mas de início indispensável para sair do círculo mágico da repetição-continuidade.

Supomos então limites ou cortes: nós os lemos após, à luz dos "conhecimentos sancionados".

Assim são a *sincronia* e a *língua* saussurianas. Tais novidades evidentes foram destacadas pelo próprio Saussure, mas basta ler as resenhas contemporâneas para ver até que ponto elas foram seja recusadas seja sequer conhecidas. Mais que qualquer outro, esse exercício de leitura comparada permitiu-nos fazer compreender o que é uma *problemática* e eliminar correlativamente seus precursores.

Não se trata senão de mostrar que o que foi dito antes é completamente outra coisa, mesmo se a palavra é a mesma.

Dessa maneira, para Whitney, o termo *instituição* se inscreve em um conjunto específico e relativamente coerente: ele define a linguagem em geral; ela é sinônimo de *convenções*, *contrato*, herdada de uma história e, portanto, reenvia explicitamente a uma posição no debate sobre a origem da linguagem (natureza/convenção). Ao mesmo tempo, ele se prende a um ponto de vista que inspira a sociologia nascente e permite definir a linguística no quadro dos métodos dessas novas ciências, históricas, sociais, que se ocupam de desvendar as leis da atividade humana.

Saussure retoma de Whitney o termo "instituição social", mas como uma definição da *língua* (e não da linguagem em geral); o acento colocado sobre "sua natureza especial" ("não é uma instituição especial semelhante às outras") integra o termo em uma problemática totalmente diferente onde ele toma seu sentido com relação a *sistema de signos*, *sincronia*, *semiologia*, etc. De sorte que sob a mesma palavra se definem posições que podemos supor serem radicalmente opostas como parece aqui e além:

> Para nós, a história de uma palavra é a história de suas mutações de sentido e de suas mudanças de formas [...] nas quais não entra outra força senão a força livre da vontade humana, agindo aqui e ali sob a influência das condições e dos motivos.[11]
>
> O signo escapa sempre, em certa medida, à vontade individual ou social, estando nisso o seu caráter essencial; é, porém, o que menos aparece à primeira vista.[12]

11 Whitney, 1875 [1982, p. 119].

12 Saussure, 1916 [2012, p. 48].

Mostraremos da mesma maneira que a definição do *arbitrário do signo* em Saussure não tem quase nada a ver com a fórmula constantemente retomada por Whitney, de quem Saussure teria tomado emprestado: o signo é convencional.

Um dos exemplos mais chocantes é sem dúvida aquele do termo *analogia*, tomado em Schleicher em uma problemática organicista (a analogia corrompe o organismo linguístico primitivo); em Brugmann e Osthoff, em uma problemática das leis da mudança (a analogia é a lei das ditas exceções das leis); em Saussure, em uma problemática sincrônica; a analogia é inteiramente "gramatical", uma vez que ela é a própria manifestação do funcionamento ordinário da língua, sobre os dois eixos das associações e dos sintagmas. Desde então, o termo que servia para explicar a mudança histórica designa a estrutura. Não há aí conciliação, mas diferença radical de ponto de vista sobre os "fatos".

Poderíamos multiplicar os exemplos do que tal abordagem permite esclarecer, distinguir, avaliar. Passemos às dificuldades que acompanham essas demonstrações.

4 As dificuldades práticas e teóricas

A primeira está para o fato de os outros autores em questão verem a si mesmos como inovadores, polemizando e rompendo com o passado imediato. Ora, as rupturas que a abordagem proposta permite identificar não coincidem exatamente com aquelas que eles proclamam. Assim, Whitney pensa ter pulverizado a "teoria ding-dong" de M. Müller sobre a origem da linguagem; mas é por opor-lhe uma teoria também especulativa sobre a origem "por convenção" que não somente não sai do velho debate filosófico, como ainda procede a partir de evidências, cujo caráter "científico" é no mínimo tão duvidoso quanto aquele das evidências precedentes. E, no entanto, a mudança de ponto de vista importa, porque ele não é indiferente para a sequência que se passe da "mão de Deus", invocada por M. Müller, à "vontade individual e coletiva" que faz, segundo Whitney, da formação das línguas "um incidente da vida social e do desenvolvimento da civilização"[13].

Dito de outro modo, avaliamos retrospectivamente o escopo dessa mudança, em função dos pensamentos e das novas abordagens que ele permitiu, por exemplo, trazendo destaque à comunidade e, por conseguinte, ao *uso*, às custas da história.

Diríamos ainda que, para Brugmann e Osthoff, a radicalidade da mudança sem

* [N.T.] Referenciamos a tradução do Curso de linguística geral de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidiro Blikstein, publicada desde 1970 pela Editora Cultrix. Aqui, trazemos sua 28ª edição, em circulação desde 2012.

13 Whitney, 1875 [1982], capítulo XIV.

dúvida não está onde eles a situaram: eles creem ser revolucionários com relação ao primeiro comparatismo, mas eles conservam o mesmo objeto (comparação e história das línguas indo-germânicas), julgando ser suficiente ter mudado o método (observação do presente no lugar da reconstrução hipotética do passado distante). Se nos parece também que a nova atenção dirigida aos dialetos vivos constitui uma mudança importante, isso não é pelos efeitos que eles esperavam de tal mudança: eles pensavam que essas observações certeiras, porque "imediatas", permitiriam-lhes esclarecer o passado da língua de maneira mais rigorosa; vemos acima de tudo se preparar em tal abordagem a configuração de noções, de uma ordem totalmente diferente, sobre o funcionamento sincrônico da língua. Dessa forma, essa observação que, para eles, confirma o caráter sem exceção das leis fonéticas (leis das mudanças), seria sobretudo interessante na medida em que ela anuncia a consideração das restrições do sistema sincrônico:

> Em todos os idiomas populares vivos, as configurações fonéticas próprias ao dialeto reúnem toda a matéria da língua e são observadas pelos membros da comunidade falante com um rigor bem maior que o que se poderia esperar [...][14]

Em cada caso, portanto, somos levados a avaliar as diferenças pertinentes segundo um *critério retrospectivo*, o que não ocorre sem um certo desconforto diante do risco de normatividade, quiçá de teleologia. Outra dificuldade: o limite, se ele existe, não é jamais claramente desenhado nesse tipo de textos. Há não muito tempo, eu pensava poder mostrar muito facilmente, por uma leitura comparada, que havia "corte" em Saussure enquanto ele era ausente em Whitney. A análise concreta dos textos me afundou em dificuldades imprevistas onde eu reforçava minha convicção ao mesmo tempo que se tornava mais e mais difícil prová-la. Daí a novidade, certamente radical, da teoria do *valor* produzida, em Saussure, em um discurso tão particularmente constrangedor em termos filosóficos sobre a realidade, o concreto, o significado... que não podemos ver nela senão um avatar da "filosofia ocidental".

Bem menos evidente ainda é a mudança em Whitney ou Brugmann e Osthoff; contudo, é impossível resolver a dificuldade enviando-os a uma "pré-história" da ciência, a um antes do corte, por que isso seria pensar o corte como uma nova origem, o que manteria o mistério da gestação do novo.

Foi assim que fui levada a utilizar expressões tão pouco satisfatórias que: vemos *se preparar* uma nova abordagem, um novo ponto de vista sobre os fatos; aqui *se anuncia* uma mudança de *terreno*; aqui, andamos sem sair do lugar, lá, avançamos, etc. metáforas duvidosas e inevitáveis.

Para resumir os riscos teóricos dessas dificuldades práticas: como evitar que o recurso

14 Brugmann, Osthoff, 1879 [1973, p. 131].

aos "conhecimentos sancionados" não seja um retorno à oposição erro / verdade? Seria a noção de problemática uma garantia suficiente? "Tribunal da história", "polícia dos conceitos"! Seria preferível o mito do progresso contínuo da razão? E seria mesmo tão diferente se a Razão pudesse assim confundir-se, errar e, por fim, recuperar-se porque ela sempre aprende mais? O modelo positivista da Ciência que reaparece, enfim, seria ele tão diferente da primeira abordagem? Ciência / não ciência, segundo critérios estabelecidos retrospectivamente, ou amadurecimento contínuo das ciências que deve permitir a todas de realizar, um dia, o modelo ideal (a física? a biologia?) com, no horizonte, o Saber Unificado, caro aos neopositivistas?

Quem poderia estar certo, senão de escapar completamente a esse modelo, ao menos de sempre reconhecer seus diversos avatares? Podemos ao menos tomar a precaução de um uso prudente da crítica. Criticar, vale dizer, separar não o que guardamos do que jogamos fora, mas o novo do antigo, sabendo que o antigo não deve ser jogado fora, mas recolocado em seu lugar, em sua data, terreno nutritivo e diferente. Observações simples, sem dúvida, mas que ajudam a compreender o que faz com que se pense o que se pensa em um momento dado, pela análise sempre lacunar das múltiplas determinações e sobredeterminações. Talvez assim possamos mostrar um corte que, nas ciências humanas, sem dúvida nunca é verdadeiramente alcançado.

5 O terceiro ouvido

Seria preciso saber ler, saber interpretar, o que se diz nos condicionamentos de tal retórica, sob a garantia das certezas, na confusão das questões evitadas. É por isso que sempre escolheremos analisar os discursos mais problemáticos. Por exemplo, a metáfora incoerente de Brugmann e Osthoff, para quem "o edifício inteiro da ciência comparativa"[15] deve ao mesmo tempo ser radicalmente revisado em suas fundações e curiosamente conservado em "pedaços inteiros" que tanto são resultados incontestáveis.

Algo se diz ali, mas de alguma forma "por baixo" ou "apesar de", por fragmentos dispersos. É como se o texto dissesse, mas ele diz sem dizer, ou pode ser que isso ainda não possa ser dito.

Por exemplo, a *sincronia* em Whitney. Enquanto que em meio a considerações etimológicas estranhas ele aproxima *to grow* e *green*, depois desloca tal observação, sem sequência, ao esquecimento e à indiferença da parte daqueles que falam a respeito da origem das palavras que eles empregam porque só conta, para eles, o uso atual. Mas como pensar a sincronia, como objeto autônomo, enquanto o consenso se faz desde há muito tempo sobre o interesse, exclusivo, de explicar as mudanças, suas leis e suas causas?

15 *Ibid*., p. 132.

Como pensar as relações, os valores, quando consideramos os termos em sua realidade individual e concreta, como seixos ou fósseis? Whitney, entretanto, estudando longamente os acidentes fonéticos que expõem os casos particulares *read* / *read* e *man* / *men* (com relação ao perfeito e ao plural regulares do inglês), termina com esta observação:

> Este último é ainda um caso ao qual aplicamo-nos para fazer uma distinção gramatical de uma diferença de forma que, em sua origem, foi inorgânica, vale dizer, acidental.[16]

Seria abusivo dizer que aqui se esboça, sobre o terreno do comparatismo, um pensamento da diferença pura, da relação formal? Assim, no desenrolar, geralmente seguro, do discurso, por vezes alguma coisa fica presa, como se um elemento novo tentasse entrar na forma de velhos termos que não se adaptaram. Portanto, emaranham-se acordos confusos, por exemplo, sobre a diferença de participação na obra da linguagem, que existe entre o indivíduo e a sociedade, passagem na qual Whitney tenta conciliar a liberdade, a vontade e a consciência, incessantemente afirmadas, do indivíduo falante com as restrições do uso coletivo, uma vez que:

> Para que sons articulados possam se chamar língua, é preciso que eles sejam aceitos pela sociedade tão limitada quanto ela possa ser. Daí vem que a ação individual sobre a linguagem é restrita e condicional.[17]

Sobre essas passagens hesitantes podemos, com prudência, utilizar metáforas: aqui "se prepara" a distinção língua/fala, passamos sobre "o terreno" da sincronia... Mas isso ainda não foi pensado, está lá sem ter sido verdadeiramente formulado nem explícito.

Recorrer à *recorrência* implica, portanto, recorrer ao *desconhecimento*: eles não sabem o que se escreve por eles, porque a distância não é tomada em relação às redes de pensamento que os governam. É preciso ser tomada em outras redes, não menos rigorosas, para ver o que não foi visto. "Leitura sintomática" certamente, mas histórica. A simpatia pelo passado, a experiência da muito relativa liberdade de fala e um gosto obstinado de arquivista à procura das múltiplas relações de um discurso, devem permitir que se evitem as armadilhas do julgamento.

6 A contradição:

Outra forma de desconhecimento. A história avança sem dúvida, mas por vezes poderíamos dizer "pela parte errada", em um primeiro momento de reflexão. Daí a introdução da história em linguística, história social e não mais gênese orgânica. Whitney afirma

16 Whitney, 1875 [1982], capítulo XIV.
17 *Ibid*., p. 124.

incessantamente: a linguística é uma ciência histórica porque tudo o que ocorre na linguagem é o efeito da vontade consciente e livre dos homens; a criação das palavras, por exemplo, se faz "pela operação racional, *i.e.*, a operação refletida dos homens" guiada pela necessidade de adaptar seus meios a suas necessidades. Ora:

> [t]oda matéria na qual vemos as circunstâncias, os hábitos e os atos dos homens constituirem um elemento predominante, não pode ser outra coisa senão o assunto de uma ciência histórica ou moral.[18]

Nessa concepção da história, o que ocupa o centro das atenções é o indivíduo, sua consciência, sua liberdade. A sociedade ainda não é mais que uma coleção de indivíduos, uma soma de vontades particulares. Se, portanto, no *slogan* vitoriosamente consagrado por Whitney, a linguística se tornou ciência histórica, isso se dá primeiro em detrimento do rigor dos fatos e das leis que reivindicava Schleicher em seu modelo naturalista.

Avançamos, sem dúvida, saindo do organicismo, mas isso passando primeiro pela subjetividade.

Mesma contradição em Brugmann e Osthoff, que, introduzindo pomposamente a psicologia, proclamam, a partir daí, a supremacia do locutor, de seu psiquismo, de sua fala viva.

O que é primeiro regressão com relação ao modelo científico dominante, constitui, de fato, uma etapa sem dúvida indispensável "para que" se pudesse pensar um dia língua/fala, pré-requisito de toda linguística formal. Para poder distingui-la da língua, seria preciso pensar a fala, vale dizer, o locutor, esse personagem com o qual uma linguística organicista nada teria a ver; para pensar o sistema sincrônico, seria preciso, assim, encontrar, para além da evacuação da norma (ou da razão) no relativismo do comparatismo, *o uso*, suas restrições atuais imperativas, incontornáveis por esse mesmo locutor, seria preciso *a instituição*.

E com isso: não "finalmente Saussure chegou!", mas como teria ele podido não chegar? Bastaria que sobre esse terreno de ideias tão agitadas aparecesse uma "natureza" não conformista, ou, como diz Bachelard do verdadeiro pesquisador, "uma alma com o mal de abstrair e de quintessenciar".

18 *Ibid.*, p. 256.

POSFÁCIO 2009

Importa lembrar que este texto é datado e, por aí mesmo, já é objeto histórico, testemunha de um período da linguística contemporânea. As problemáticas que aqui são proclamadas e defendidas com vigor devem ser contextualizadas nesse final dos anos 1970, crise da linguística estrutural e fim de um período, militante de diversas maneiras. A leitura da discussão (viva) que acompanha esta exposição durante o colóquio de 1980 poderia já esclarecer (vol. II das atas publicadas sob o título *Les sciences humaines, quelle histoire ?!*). Tentei apresentar tais circunstâncias nos dois textos posteriores: "La coupure saussurienne", *in Saussure aujourd'hui*, 1992 (p. 219-231), Atas do colóquio de Cerisy (LINX, número especial, Université de Nanterre), e em *Allegro ma non troppo. Invitation à la linguistique*, 2006 ("1980 : embranchement ou bifurcation ?", p. 165-177), Paris: Ophrys.

Esses textos, ainda que sejam interveções em uma história das teorias linguísticas, preocupados com método e com crítica epistemológica, devem ser tomados como rastros de um percurso deliberadamente pessoal, elementos de uma biografia intelectual a propor eventualmente ao historiador que terá tomado distância o suficiente para falar em "científico" dessa época apaixonada.

Tentar apresentar em sua história o que se queria enquanto uma disciplina científica nova, introduzi-la em um curso universitário, era raro e encontrava resistências que o tom da exposição e das discussões demonstra. A Sociéte d'Histoire et d'Epistémologie des Sciences du Langage (SHESL), sob a direção de J.-Cl. Chevalier e de S. Auroux, estava em seus começos modestos, mas confiantes: o primeiro número da revista *Histoire Epistémologie Langage* (1979, t. 1, fasc. I) prometia uma longa sequência. O grupo com o qual organizei esse encontro de 1980 (Groupe de recherche en histoire de la linguistique, GHRIL) não possuía experiência editorial (daí os númerosos defeitos dessa publicação), mas tinha o entusiasmo dos iniciantes. Nós éramos "pioneiros"; é assim que é preciso ler essas páginas.

Amanda Eloina Scherer[19]
Erick de Queiroz Brittes[20]

19 Professora Titular do Departamento de Letras Clássicas e Linguística da Universidade Federal de Santa Maria (DLCL/CAL/UFSM), atua na Graduação e na Pós-Graduação em Letras da mesma instituição. E-mail para contato: amanda.scherer@gmail.com

20 Graduado em Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail para contato: queirozerickbrittes@gmail.com

Referências bibliográficas

BRUGMANN, K.; OSTHOFF, H. Morphologische Untersuchungen auf dem Gebiet der indogermanischen Sprachen. *In*: JACOB, A. **Genèse de la pensée linguistique.** Paris: Armand Colin, 1973 [1879]. p. 127-138.

MEILLET, A. Compte-rendu du Cours de linguistique générale. **Bulletin de la Société de Linguistique de Paris**, t. XX, p. 32-36, 1916.

MÜLLER, M. **Nouvelles leçons sur la science du langage.** Paris: A. Durand et Pedone Lauriel, 1867.

NORMAND, C.; CAUSSAT, P.; CHISS, J.-L.; MEDINA, J.; PUECH, C.; RADZINSKI, A. (org.). **Avant Saussure**: choix de textes (1875-1924). Bruxelas: Editions Complex, 1978.

SAUSSURE, F. de. **Cours de linguistique générale.** Paris: Payot, 1983 [1916].

SECHEHAYE, A. **Programme et méthodes de la linguistique théorique: Psychologie du langage.** Paris: H. Champion, 1908.

WHITNEY, W. D. Strictures on the Views of A. Schleicher respecting the Nature of Language and Kindred Subjects. *In*: NORMAND, C. *et al*. **Avant Saussure, choix de textes (1875-1924).** Bruxelas: Editions Complex, 1978 [1871]. p. 151-153.

WHITNEY, W. D. **La vie du langage.** Paris: Didier-Erudition, 1982 [1875].